

“EU ACEITO... EU OFEREÇO”: NARRATIVAS E EMANCIPAÇÃO EM REDE SOCIAL

Maria Alves Garcia¹

Resumo: O presente trabalho é um estudo dos movimentos e ações de mulheres em um espaço virtual para construção de uma identidade feminina para fins de emancipação, cujo objeto é o grupo “Eu Aceito... Eu Ofereço...” hospedado na rede social *Facebook*. O grupo é, em resumo, uma rede de trocas de bens e serviços voluntários entre mulheres – único requisito para a entrada no espaço, seja transexual ou cissexual. A partir de coletas de dado in loco e por meio de *survey*, buscou-se entender os códigos, normas e percepções de mundo que envolvem e constroem a narrativa das mulheres neste espaço específico, com base em uma perspectiva feminista. Os dados são interpretados a partir dos conceitos de Redes de Interlocação e Self Narrativo, ambos desenvolvidos pela feminista Seyla Benhabib (1999). Ao final, entende-se nesse ambiente habitado virtualmente que o crescimento de mulheres vêm de um processo que envolve colaboração e cumplicidade, indo na contramão de uma lógica competitiva e individualista que é fundamental para a manutenção do projeto capitalista. As mulheres também se afastam da ideia de que a emancipação significa a negação de uma interdependência. Isso acarreta no fortalecimento do vínculo de confiança entre as participantes do grupo.

Palavras-chave: Gênero, Identidade, Narrativa, Rede Social.

O grupo “Eu Aceito... Eu Ofereço” tem como objetivo inicial ser um espaço de troca de serviços e bens, envolvendo mulheres em uma rede de solidariedade dentro da rede social *Facebook*. As interações das participantes revelam, no entanto, que o grupo existe tanto para servir como uma rede de oferta e demanda de serviços voluntários quanto como um espaço de apoio e vigilância entre as mulheres em casos de violência doméstica ou relacionamentos abusivos². A saúde mental também é bastante pautada no grupo, quando as mulheres apoiam aquelas que trazem ao grupo as suas fragilidades emocionais. Elas oferecem cuidado e atenção, mesmo que o contato inicial seja feito entre pessoas desconhecidas entre si.

¹ Mestranda do Programa de Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email para contato: mgarcia626@gmail.com.

² Os dados apresentados na introdução sobre o grupo foram auferidos in loco no próprio grupo da rede social

Tais interações evidenciam o objetivo comum às participantes de construção de vínculo entre mulheres, para as quais o sexo não é somente um fator despolitizado e limitador de ingresso ao grupo. No caso do grupo "Eu aceito... Eu ofereço", a ideia do gênero feminino se torna, no período pesquisado, elo central na agregação destas mulheres, cuja narrativa comum as motiva a interagir e participar da dinâmica proposta pela criadora, a atriz Isabela Silveira.

Considerando os conceitos de "redes de interlocução" e o self narrativo propostos por Benhabib (1999), este artigo constrói um estudo das interações no grupo "Eu aceito... Eu ofereço". Para a análise, buscou-se obter dados pela observação da dinâmica do grupo e submissão de formulário com engajamento voluntário e espontâneo, com o propósito de entender os códigos, normas e percepções de mundo que envolvem e constroem a narrativa das mulheres neste espaço específico. Busca-se entender como foi construída a identidade feminina que está sendo, até o momento, capaz de movimentar voluntariamente uma articulação de trocas de serviços e bens entre seus membros.

1. Rede de Interlocução e *Self* narrativo

O tema do sujeito, ou da constituição da subjetividade, continua sendo central no debate feminista. Na história recente desse longo debate, duas concepções de sujeito, propostas por duas teóricas de destaque, têm se oposto: a de self performativo, da teórica pós-moderna Judith Butler, e a de self narrativo, da teórica moderna Seyla Benhabib (Cyfer, 2009). Benhabib propõe um modelo narrativo de subjetividade e constituição de identidade no lugar do modelo performativo proposto por Butler (1990). A pensadora acredita que tal modelo vai além do proposto pela pós-modernista já por pressupor que a performance linguística não pode explicar mecanismos de criatividade e espontaneidade dos sujeitos racionais em suas interações comunicativas.

Em uma pragmática comunicativa, à qual Benhabib se filia, os atos de negociação entre o destinatário e o remetente são articulados conforme as suas reivindicações válidas dentro de uma mesma proposição. Já na concepção butleriana, o sujeito formado seria estrangido por forças tanto heterogêneas quanto internas e suas consequentes relações e assimetrias de poder. Segundo Benhabib, não é possível entender, por este ponto de vista, variáveis de resistência cultural que definem as lutas

cotidianas. Isso significa que as possibilidades de subverter os padrões se dão pela comunicação e pela razão dialógica, para além de questões de linguagem.

Nesta linha de pensamento, Benhabib dialoga com Charles Taylor para se apropriar do conceito de “redes de interlocução”. Definir quem se é ou a sua própria identidade só seria possível dentro de uma rede de interlocução, pois só se é capaz ser quem é na sua relação com o outro. A resposta à pergunta “quem sou eu?” sempre está interligada à referência de uma localidade e suas diversas interações para a constituição de sujeitos. Mantém-se arraigada a um conjunto de atitudes, princípios e valores que estão substancialmente atrelados à memória coletiva. Tudo isso tem em vista impedir que qualquer ser deixe de ter importância na sociedade. Esta visão narrativa é uma maneira de se entender como sujeito e localizar os vários códigos culturais que limitam, também, determinados grupos a estabelecerem suas próprias histórias de vida. As narrativas sempre estão interligadas à narrativa dos Outros, de certo modo.

Tal pensamento é influenciado tanto pela Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (2012) quanto pelo conceito de Teias de Relações de Hannah Arendt (1989). Ao desenvolver o seu conceito, Arendt inclui a importância de pensar nos interesses específicos ou nos objetivos mundanos na construção de uma inteligibilidade do discurso sobre um sujeito. A teia de relações acaba sendo formada pela associação deste mundo de interesses e pelo processo de mediação entre sujeitos. Seriam estas as duas bases formadoras. Produz-se a História que, por mais que conte com o agenciamento do sujeito, não seria esse o autor do resultado final.

A emancipação feminina, na concepção de Benhabib, situa-se neste caminho. Ela dependeria das disputas de narrativas entre o sujeito feminino e os códigos sociais, em busca da constituição da sua própria autonomia e uma identidade, aí incluída a de gênero, que lhe faça mais sentido. Todos estes desafios estão envolvidos em contingenciamentos históricos e culturais que se refletem na narrativa majoritária, ligada às estruturas de papéis de gênero. É possível, contudo, que haja mudanças sociais capazes de assegurar transformações narrativas.

Benhabib encontra na psicanálise um campo onde seria possível encontrar os limites da narrativa feminista. Segundo a autora, a definição do “eu” não é soberana. Ela está sendo sempre determinada por subtextos e memórias do nosso inconsciente, dentro das narrativas que contamos a nós mesmos. Nestes aspectos que limitam os próprios pontos de vista, Benhabib acredita que somente o sujeito masculino poderia se

considerar “mestre da sua própria casa”, em detrimento de mulheres, idosos, crianças e outros. Isso limita o agenciamento, a autonomia. Prolongar essa capacidade de agenciamento das mulheres só seria possível por meio de uma construção comunitária da identidade em respeito às redes de interlocução e ao processo dialógico.

É importante, diante das divergências de Benhabib e Butler, ater-se a um tópico específico que pode ser útil durante a análise das narrativas do grupo “Eu Aceito... Eu Ofereço...”. Butler já vê, desde a obra *Gender Trouble* (1990), um problema com o sujeito racional e autônomo de Benhabib e com a possibilidade de construir essa narrativa única do gênero feminino como fator emancipatório. Para Butler (1990, p. 20), não é possível definir a identidade de gênero sem “estabelecer as interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”.

A universalidade da identidade feminina pressupõe que a opressão patriarcal ocorre de maneira singular a todas as mulheres. Por isso, estabelecer uma identidade própria do feminino e do feminismo é descontextualizá-la das diversas outras constituições possíveis nos eixos da relação de poder. Segundo Butler, não é possível tecer uma narrativa universal, pois toda generalização traz consigo uma identidade que exclui. Emancipar, neste caso, significa reforçar reificações de gêneros e identidades que sequer estariam a serviço do feminismo.

Enquanto Butler acredita que criar uma identidade capaz de trazer emancipação à mulher é excludente de outras mulheres que não se enquadram na categoria e enfoca sua análise nas operações políticas do poder, Benhabib não consegue considerar uma visão feminista em que a emancipação do sujeito e sua autonomia não estejam presentes dentro da equação. A guerra de paradigmas entre Benhabib e Butler, que continuou para além dessas obras citadas, pode ser definida como a divergência entre duas perspectivas ontológicas, entre o sujeito moderno (Benhabib) e o sujeito pós-moderno (Butler) (CYFER, 2009).

2. Grupo “Eu Aceito... Eu Ofereço...”: História, Objetivos e Perspectiva narrativa

O grupo "Eu aceito... Eu ofereço" foi criado em 2016 para pavimentar um novo caminho de coletividade entre mulheres, oferecendo soluções práticas para problemas

rotineiros. Isabela Silveira acredita que esse apoio na rede social colabora para evitar a desumanização da relação entre as pessoas, principalmente com a ascensão dos dispositivos virtuais como a própria rede social Facebook. O espaço de apoio é constituído nesta rede social específica em forma de um grupo secreto, o que significa que ele não é visível ao grande público e a admissão de mais um membro só é realizada por meio de convite de outra mulher que já faça parte deste espaço. Este mecanismo foi desenhado pela criadora para que se tenha um controle mínimo da entrada de mulheres em face da proteção daquelas que já fazem parte do espaço. Também se evita a criação de cópias não autorizadas do grupo e de sua proposta. Apesar desse controle, em menos de uma noite depois da inauguração, o grupo contava com três mil mulheres³. Já são 29.910⁴ membros que embarcam neste movimento.

A rede agrega, em grande parte, residentes ou naturais de Salvador tanto pelo fato da própria Isabela morar na cidade quanto pelas primeiras interações terem ocorrido entre amigas soteropolitanas. Contudo, o conceito do grupo se expandiu para outras cidades na Bahia, no Brasil e na Europa. Como diz Isabela, esses “grupos-filhas” seguem as orientações básicas da matriz. Para organizar as centenas de postagens já publicadas no grupo, Isabela conta com a ajuda de moderadoras voluntárias. São elas que aprovam as publicações pendentes e conduzem a interação entre as mulheres, com base em regras específicas da administração. As interações são movidas pelos princípios de sororidade⁶, respeito e mediação de conflitos. Quando possível, incentivam o exercício da empatia no tratamento entre os membros do grupo. O único requisito para a pessoa que deseja entrar e foi convidada para participar é ser do gênero feminino, seja cisgênero ou transgênero. Tal condição explica a grande diversidade de mulheres que formam o grupo, seja por questões de etnia, classe social, crenças religiosas, faixa etária ou motivação ideológica. Não é necessário que a mulher se considere feminista ou faça parte de um movimento social para participar da rede de solidariedade.

Ao relatar o que a levou a criar este grupo, Silveira recorre ao seu próprio relato pessoal. Grávida, em um momento de fragilidade emocional e com dificuldades de reorganizar o seu apartamento, Silveira resolveu mobilizar 33 mulheres da sua rede de

³ Dado obtidos por meio de entrevista com a criadora do grupo, Isabela Silveira, em cinco de outubro de 2017.

⁴ Considerar a data em que o dado foi coletado: 15 de novembro de 2017

⁶ O termo sororidade pode ser definido brevemente como uma aliança feminista na busca de relações saudáveis e positivas entre mulheres, tendo a consciência política da misoginia. Seria este um mecanismo de defesa a qualquer tipo de violência entre as mulheres (GAMBA, 2009).

contato, mesmo aquelas sem vínculos pessoais, para ajudá-la na mudança de sua vida. Foi a partir deste momento que ela se permitiu mostrar-se disponível à cooperação de outras mulheres. Sua ideia de constituir uma rede formada somente por mulheres está ligada, portanto, a uma experiência pessoal, mas também a uma narrativa de gênero.

O seu trabalho de conscientização pessoal envolveu uma crítica da dificuldade das mulheres de se manter em uma posição de resilientes face à vida, o que ela trouxe à tona como forma de aprimorar a rede de troca de serviços. O relato de Isabela Silveira pode ser interpretado como uma forma de crítica à pressão suportada pelas mulheres decorrente das normas convencionais dedicadas ao gênero. Isso já foi explorado por feministas como Simone de Beauvoir (1970): a da mulher dedicada ao ambiente privado, que é responsável pelo aporte emocional e físico da família, da criação, em que suas possibilidades individuais dependem das pretensões de vida do homem e lhe é relegada a uma condição de “segundo sexo”, à condição de Outro.

É importante apontar que o grupo não deixa de ter como função intensificar as relações comunitárias e familiares das mulheres, já costumeiras fora do ambiente virtual e que permanecem mesmo diante de uma reestruturação econômica global. É o que se ouve da jornalista Rita Batista⁷, em entrevista a Isabela Silveira sobre as atividades da rede. A fala de Silveira reforça a narrativa da mulher que, na busca pela sua independência financeira e social, é constrangida a se conformar às expectativas sociais do ambiente privado. Como consequência, vê-se sobrecarregada e humilhada ao buscar ajuda, pois teme que lhe seja carimbada a marca do “fracasso” ante à vontade de encontrar sua autonomia e construir de maneira mais independente as bases da sua própria existência.

Neste sentido, a resposta à pergunta “por que apenas mulheres?” se encontra nesta narrativa comum, um dispositivo importante para o processo emancipatório das mulheres envolvidas. O artigo em questão buscar entender como se dá a construção desta narrativa. Para se entender a metodologia da pesquisa, é necessário compreender os conceitos de Benhabib que seguem este pensamento.

3. Interações, percepções e identidade feminina

⁷ Matéria passada no programa Saia Justa, no canal GNT/GloboSat em 2016.

Para chegar aos resultados do artigo em questão, dois métodos de obtenção de dados foram utilizados. O primeiro foi a observação das vinte primeiras postagens disponíveis na *timeline*⁸ do grupo em dois horários e dias diferentes, escolhidos aleatoriamente⁹. A partir do conteúdo não somente das postagens, mas também dos diálogos entre as mulheres, busca-se neste artigo compreender como tais dinâmicas concorrem em um alinhamento narrativo para a manutenção do projeto de emancipação política entre as mulheres. São identificadas não somente as semelhanças entre as mulheres, mas também os códigos sociais vigentes ligados à identidade feminina, e as divergências que fazem parte deste processo complexo de construção. A pesquisadora conseguiu se integrar ao grupo por meio de convite de uma mulher que já participava dele, colocando-se em condições privilegiadas de reunir os dados analisados aqui.

A segunda técnica para a obtenção de dados foi a aplicação de um mesmo formulário aos membros do grupo sobre a relação das mulheres com a rede de solidariedade e como elas entendiam o seu papel no processo de construção daquele local. Foram coletados assim 64 depoimentos, em questionários que foram respondidos de forma espontânea pelas participantes, após anúncio no próprio grupo sobre a disponibilidade do formulário e da pesquisa.

O conteúdo do *survey* conteve três perguntas. A primeira foi “O que te motivou a entrar no grupo?”, cujo objetivo foi oferecer à entrevistada um espaço para que ela pudesse fazer uma retrospectiva do momento em que tomou conhecimento deste espaço e, a partir disso, como considerou que ele poderia lhe favorecer ou ensejá-la a favorecer outras mulheres. Buscou-se saber quais foram os pensamentos preliminares da participante ao seu ingresso, quais eram suas expectativas e em que momento ela entendeu que sua subjetividade poderia estar conectada a uma subjetividade coletiva e dialógica com outras pessoas que se aproximam dela pelo fato de serem mulheres e habitarem a mesma territorialidade, que, neste caso, é a capital baiana Salvador.

⁸ *Timeline* é a portada principal de qualquer grupo, perfil ou página na rede social Facebook. É nesta página onde estão disponíveis as publicações, principais subsídios para a dinâmica de uma rede virtual. Tais publicações estão dispostas na portada do grupo “Eu Aceito... Eu Ofereço...” seguindo alguns critérios: as postagens mais recentes ou recentemente atualizadas por comentários tomam à frente na prioridade da leitura de um usuário. Por isso que, ao ver a importância do pedido, muitas mulheres do grupo se utilizam do recurso “up” (palavra utilizada ao comentar na publicação que significa “alto” em inglês) com o objetivo que ele volte a alcançar notoriedade, tanto na *timeline* do grupo quanto na portada das usuárias no perfil individual delas.

⁹ As duas datas são: 8 de novembro de 2017, às 14h13, e 15 de novembro de 2017, às 9h03

A segunda pergunta, “O que o grupo significa para você?”, também foi uma questão em aberto para que as mulheres expressassem suas avaliações sobre a dinâmica do grupo, agora que elas já estão estabelecidas nele. E isso passa pelas relações virtuais com as outras mulheres e as suas vivências, além do conhecimento de si própria a partir do reconhecimento nas outras. A identidade sexual e de gênero, que, neste caso, é o feminino, estaria na posição central deste processo. Nesse sentido, a pergunta é instrumentalmente importante para entender a participação do grupo na vida delas e como elas avaliam tais interações. Se elas percebem o grupo apenas como um processo de troca de serviços entre pessoas, em que o sexo é somente uma variável disponível para dar exclusividade à seleção de membros no seu ingresso, ou se elas entendem conscientemente a proposta da rede e o processo de emancipação do gênero, por meio da interação dialógica.

Por último, a terceira pergunta, “O que faz você se aproximar e se conectar com as pessoas da rede?”, procura narrativas comuns de construção de identidades após esse encontro entre elas. A partir da experiência delas no grupo, a pergunta estimula uma reflexão sobre o que faz com que elas se percebam como próximas e conectadas a ponto de serem capazes de confiarem umas nas outras mesmo não se conhecendo pessoalmente. Por conta disso, a resposta para essa pergunta já daria um formato preliminar do processo de construção de identidade, em que as redes de interlocução que são mantidas externamente ao grupo se ligam a mais uma rede, que seria forjada pelo universo virtual.

É necessário, de antemão, apontar que as técnicas de obtenção de dados se limitam a uma pequena amostra de membros e não envolvem necessariamente todo o universo daquelas que estão no grupo. Dentre as mulheres que responderam espontaneamente ao formulário, 87,5% dizem interagir frequentemente no grupo, ou seja, engajam-se mais de uma vez por semana. 6,3% das mulheres interagem eventualmente (algumas vezes ao mês), 3,1% dizem ter participado raramente, 1,6% falaram que nunca participaram ou participam e 1,6% interagem todos os dias.

Todas que responderam ao formulário avaliaram o grupo como um espaço importante para as mulheres. Nenhuma delas acredita que a rede de solidariedade não seja importante, ou não teriam uma opinião formada a respeito. Isso significa que o universo constituído pela aplicação do formulário considera, de antemão, que o grupo tem o propósito de existir para o bem de uma identidade feminina.

A maioria das mulheres escreve as suas publicações em um formato comum e tendo como base aspectos similares. Primeiro, elas trabalham com vocativos que as aproximam e as relacionam. Pode ser “queridas”, “meninas”, ou até “manas” – expressão muito utilizada em meios feministas para simbolizar a união entre “irmãs”, supondo um vínculo transcendental entre mulheres por meio da reflexão sobre o gênero na sociedade e o combate comum às relações estruturais de poder. Depois, elas relatam o caso que as levou a escrever a publicação, cujos detalhes acabam se tornando importantes para a narrativa, inclusive as questões emocionais da participante e dos envolvidos na situação. Apenas no final a pessoa faz o pedido, ou oferece determinado serviço.

Os pedidos de “Aceito” do grupo estão envolvidos no universo de códigos e normas sociais relacionadas ao gênero feminino. Questões de maternidade, de responsabilidade emocional da família – sejam parentes próximos ou filhos e marido/companheira –, de cuidados com a saúde considerada feminina – preocupações com o útero, ovários, vagina entre outros – e com a estética. Ao tratar-se de busca por profissionais, tais pedidos de sugestões, em sua maioria, estão vinculadas a trabalhos artesanais – bolo de casamento, costura, entre outros –, cuidados de crianças ou de médicas e médicos de qualquer área.

As dinâmicas entre as mulheres assinalam, contudo, compreensões diversas dessas normas nas trocas de serviços. A depender do caso, várias mulheres trabalham com os mesmos códigos, mas se apropriam deles de forma diferentes, seja em busca da autonomia da identidade feminina, da subversão ao sistema, ou mesmo à submissão dessas normas. A participante L.S., por exemplo, avaliou o grupo como importante por ser uma forma de manter conhecimentos tradicionalmente repassados entre mãe e filha, pois estes seriam “apagados” na relação de reestruturação comunicativa da sociedade. Ela apontou soluções caseiras para menopausa e para infecções vaginais, subvertendo a lógica da oferta e demanda capitalista e do modo como as necessidades do gênero feminino são criadas neste sistema. Ela propõe uma reconfiguração para fins de autonomia econômica. Já F.S. pediu prioridades a sugestões de mulheres tatuadoras para fazer um trabalho, escolha que favorece politicamente as mulheres também em suas autonomias econômica e financeira.

K.R., psicóloga, relatou sua experiência ao formar um grupo terapêutico com as mulheres do “Eu Aceito... Eu Ofereço...” e estimulou a entrada de outras mulheres. Ela

apontou um horário, dia e endereço, exalando a confiança que tem entre as participantes do grupo. As comentaristas elogiaram a iniciativa, que envolve a busca por uma coletividade e a importância do cuidado da saúde mental feminina. Por último, M.A. explica que quer saber de exercício para os braços, pois eles continuam “moles” mesmo depois de fazer dieta. M.A cita que fez jejum intermitente e fez efeito. Quando algumas mulheres vieram questionar a dieta e outras sugeriram a busca pela internet, M.A indicou a procura de uma nutricionista para a orientação profissional. A publicação se tornou mais uma busca pela dieta intermitente do que a orientação de exercícios. Vê-se que a busca por uma vantagem estética, norma comumente atrelada à identidade feminina, teve a adesão do grupo sem divergências e foi até trabalhada naturalmente, como parte do processo de proximidade entre elas.

As diferentes perspectivas dos códigos sociais ligados à identidade feminina são expostas sem que haja processos de constrangimentos ou divergências entre as participantes para fins de emancipação. É possível concluir, pela observação preliminar das postagens, que o grupo prioriza estabelecer uma rede de apoio, acolhimento e ajuda sem julgamentos – salvo exceções de conflitos que ocorrem com mais frequência quando as divergências estão envolvidas com outras intersecções relacionadas ao gênero e que vão além dele, que seriam as questões de raça, classe e orientação sexual – do que uma síntese do processo de construção identitária autônoma, ou a criação de uma narrativa única e emancipatória.

O caso que contou com mais apelo revela a construção deste suporte diante de casos de violência contra o gênero. P.T. fez uma postagem de urgência sobre uma situação de violência doméstica que teria passado a poucas horas da publicação e ainda não tinha resolvido. Em uma briga com o seu parceiro, ele a agrediu verbalmente e se utilizou do seu corpo para coagi-la. Ela chegou a se trancar no seu quarto com a sua filha e pediu para o porteiro chamar a polícia pela janela. Após publicar a postagem, ficou incomunicável. Mulheres do grupo buscaram localizá-la e procurar ajuda (reforços policiais) no momento. Muitas delas recomendaram-na a não reatar o relacionamento com o parceiro após o incidente e incentivaram a queixa no órgão policial. A atualização do ocorrido veio de uma usuária: A polícia, acionada, dirigiu-se até o local. Ela ficou bem e permaneceu com a filha na casa de uma amiga no primeiro momento. Foram amigos da autora da publicação e mulheres que souberam do caso pelo grupo que a tiraram de dentro da casa.

As mulheres que entraram no grupo, em sua maioria, convergem em sentimentos que motivaram o estabelecimento delas no grupo e o motivo pelo qual se conectaram. Além da solidariedade em um sentido mais universal, muitas apontaram para sensações de “sororiedade”, “cumplicidade entre mulheres” e do fato de o local ser um “espaço seguro e de confiança”. O comentário de uma participante definiu bem a ideia: seria um espaço seguro de “dinheiros e homens”, subvertendo tanto as normas capitalistas, que se atrelam às relações de gênero para o seu funcionamento, quanto ao próprio aspecto cultural ligado ao gênero ao longo da história. Algumas disseram ter recebido o convite e não conheciam bem a proposta inicial do grupo. Ao entender o mecanismo e sua proposta, elas se interessaram pelo projeto e deram continuidade.

Quando questionadas o que o grupo significa para elas, as mesmas palavras apareceram. A expectativa inicial foi contemplada no estabelecimento das participantes na rede solidária. Sororiedade, acolhimento, união, empoderamento e cumplicidade foram as principais palavras aventadas. Neste sentido, a cumplicidade se relaciona ao envolvimento entre as mulheres, como já dito acima. Vê-se que a identidade feminina foi um aspecto importante no ingresso e permanência dessas mulheres na proposta do grupo, relacionando isso à ideia de solidariedade e acolhimento que resultaria na força e no empoderamento. Entende-se que as conexões significam a vontade de construir uma identidade feminina emancipatória por meio da cumplicidade e da ajuda mútua, indo na contramão de construções de gênero ligadas à rivalidade entre mulheres. Ou também de que a emancipação seria, em si, a negação da interdependência e das relações sociais.

A respeito da terceira pergunta, a palavra “mulheres” esteve muito presente. Algumas admitiram não ter encontrado uma conexão com as outras participantes. Todavia, elas representaram uma parcela mínima das respostas. Muitas consideram o “pacto de confiança” como principal aspecto de conexão entre as mulheres envolvidas e o relacionam diretamente ao gênero. “Porque são mulheres!” foi uma resposta simples e precisa de uma das participantes ao ligar o que todas têm em comum, reconhecendo a existência de uma identidade.

É interessante pontuar, no entanto, que os processos de exclusão trabalhados por Butler na definição da identidade são uma reflexão importante ao se observar as interações. Em uma postagem, S.V., negra e moradora de Salvador, pediu uma aproximação afetiva com outras mulheres negras do grupo porque sentia que isso era quase nulo em sua vivência. Enquanto muitas mulheres negras se identificaram com

S.V. e concordaram em tentar entrar em contato com ela, muitas mulheres brancas discordaram da publicação. Trataram a tentativa de S.V. de se aproximar de representação da sua própria etnia negra como uma forma de segregação ou predileção por uma raça para fazer amizades. S.V chegou a responder os comentários, alegando que não o fazia por essas intenções e denunciou o fato de que as mulheres brancas simplesmente não entendiam a sua vivência como mulher negra.

As relações de branquitude e negritude no grupo também apresentam desigualdades e seriam estas e outras interseccionalidades – classe social, econômica, orientação sexual, etc – as principais forças de divergências no grupo. Por mais que a discussão ocorra, não se busca uma síntese desta para futuras percepções de gênero. É importante apontar que o grupo busca formalizar um denominador comum identitário e consegue com mais facilidade porque a sua função é reduzida a articular uma rede de serviços e solidariedade. Ele não procura construir uma plataforma política de ação, mesmo tendo uma alta carga política no seu funcionamento.

5. Considerações Finais

Por meio das experiências do grupo, percebe-se que o *self* narrativo está ligado à necessidade de acolhimento, ajuda mútua e solidariedade como aspectos necessários para a autonomia da mulher dentro de uma coletividade, desmitificando mitos relacionados à desunião do gênero e a independência da mulher ligada à negação de uma interdependência das relações sociais. Entende-se que o crescimento e fortalecimento das mulheres devem ser seguidos por um processo de colaboração e cumplicidade, indo na contramão de uma lógica competitiva que é fundamental para a manutenção do projeto capitalista. Coloca-se como *self* narrativo a concepção de que há, na sociedade baiana, uma desigualdade nas relações de poder entre os gêneros –mulher e homem – e a necessidade da construção de uma união entre mulheres para fins de emancipação.

Houve dificuldades nas coletas de dados, assim como a sua interpretação. As palavras que coincidiram em muitos momentos nas narrativas das mulheres não têm necessariamente o mesmo significado. “Cumplicidade”, por exemplo, aborda diversos sentidos e cabe à subjetividade de cada uma escolher entre suas diversas faces. Mesmo diante desta dificuldade no processo de observação, é possível até considerar que tal

sincronia evidencia o processo dialógico entre as mulheres. Estas que buscam em uma rede virtual as forças para seguir o dia-a-dia, diante das dificuldades e desafios.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago, University of Chicago Press, 1989.

BEAUVOIR, S. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 4ª ed.

BENHABIB, Seyla. *Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation*. *Signs*, vol 24. N 2. Winter, 1999. Pp-335-361.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

GAMBA, Susana Beatriz. *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: 2009.

GNT. *Eu aceito, eu ofereço: grupo virtual permite pedir ajuda ou ajudar alguém sem esperar nada em troca*. Programa Saia Justa. Veiculado em dezembro de 2016. Disponível em <<http://gnt.globo.com/programas/saia-justa/videos/5541008.htm>>. Acesso dia 22 de março de 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.